

**FESTA É COISA SÉRIA: JOSÉ GUILHERME MAGNANI E A ANTROPOLOGIA URBANA
NO BRASIL**

**PARTY IS A SERIOUS THING: JOSÉ GUILHERME MAGNANI AND THE URBAN
ANTHROPOLOGY IN BRAZIL**

Vagner Barreto Rodrigues
Flávia Maria Silva Rieth

Vol. XV | n°29 | 2018 | ISSN 2316 8412



Festa é coisa séria: José Guilherme Magnani e a Antropologia Urbana no Brasil

Vagner Barreto Rodrigues¹

Flávia Maria Silva Rieth²

Resumo: Neste artigo, fazemos o exercício de pensar a Antropologia da Antropologia, com a atenção voltada para a abordagem da festa, da sociabilidade e do lazer nas pesquisas antropológicas brasileiras. A partir de uma perspectiva de “teoria vivida”, queremos refletir, por meio da relação entre o contexto sociocultural, a obra acadêmica e a trajetória de vida do antropólogo José Guilherme Magnani, alguns dos problemas e questões do campo antropológico dentro, e fora, da academia. Neste processo, destacamos algumas das linhagens antropológicas que contribuíram para a institucionalização dos paradigmas da Antropologia Urbana no Brasil, bem como a tensão criada em campo com a inserção da festa como forma de reflexão a respeito da cidade, de seus moradores e de seus modos de vida.

Palavras-chave: José Guilherme Magnani; Festa; Antropologia da Antropologia; Linhagens antropológicas; Teoria vivida.

Abstract: In this paper, we discuss the idea of Anthropology of the Anthropology, with special attention to the Brazilian anthropological studies that have been devoted to party, sociability, and leisure. From the perspective of an "experienced theory", we present, through the prism of his sociocultural context, the life and works of José Guilherme Magnani and some of the problems concerning to the Anthropology, inside and outside of the academic scope. In this process, we pinpoint some of the anthropological lineages that have added to the institutionalization of paradigms of the Urban Anthropology in Brazil as well as some tension due to the insertion of partying as a way of reflexion about the city, its inhabitants and their ways of life.

Keywords: José Guilherme Magnani; Party; Anthropology's Anthropology; Anthropological lineages; Experienced theory.

As festas também significam a destruição das diferenças entre os indivíduos e, por esta razão mesma, associam-se à violência e ao conflito, pois são as diferenças que mantêm a ordem.
(Rita de Cássia Amaral, *Festa à brasileira*, 1998)

*O gato preto cruzou a estrada
Passou por debaixo da escada
E lá no fundo azul na noite da floresta
A lua iluminou a dança, a roda, a festa
(Secos & Molhados, *O vira*, 1973)*

¹ Mestre em Antropologia Social e Cultural, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia, do Instituto de Ciências Humanas, na Universidade Federal de Pelotas (ICH-UFPeL), Brasil. Graduando no Bacharelado em Antropologia, no Instituto de Ciências Humanas, na Universidade Federal de Pelotas (ICH-UFPeL), Brasil. Cursou, também, bacharelado em Comunicação Social, com Habilitação em Jornalismo, na Universidade de Caxias do Sul (UCS), Brasil. E-mail: vgnbrt@gmail.com.

² Doutora em Antropologia Social, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil. Mestre em Antropologia Social, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil. Cursou, também, bacharelado e licenciatura em Ciências Sociais, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil. Professora no Departamento de Antropologia e Arqueologia na Universidade Federal de Pelotas (DAA - UFPeL), Brasil. E-mail: riethuf@bol.com.br.

INTRODUÇÃO

No fim de dezembro de 2013, quando muitos realizavam as compras para o Natal, o Brasil deu uma demonstração de seu preconceito – nem sempre velado, mas dificilmente assumido. Jovens da periferia de São Paulo foram expulsos de *shoppings centers* destinados para a classe média. Naquele momento, o Brasil foi apresentado ao que ficou conhecido como *rolezinho*³. Num primeiro momento, nenhum crime foi registrado. Mesmo assim, muitos sentiram-se ameaçados pela presença desses jovens em locais que, até então, eram percebidos como públicos.

De acordo com o antropólogo Alexandre Barbosa-Pereira (2016, p. 547):

O termo *rolê* é uma gíria muito comum no Brasil e seria o mesmo que fazer um passeio, traz, portanto, a ideia de circular pela cidade para se divertir. Na internet, os objetivos descritos eram: encontrar amigos, conhecer pessoas, paquerar, dar uns beijos e zoar. No entanto, o que seria apenas um encontro para lazer tornou-se uma grande confusão. Alguns lojistas, administradores e frequentadores do shopping sentiram-se ameaçados por aquela grande concentração de jovens a brincar e fazer barulho. Chamou-se então a polícia que atuou com bastante truculência para expulsar os jovens, o que gerou correrias para fugir da repressão policial.

Em setembro de 2014, essa *regra*, que separa alguns espaços da cidade para a diversão de certas classes sociais, foi quebrada, novamente em São Paulo. Desta vez, moradores do Jardim Europa fizeram um abaixo-assinado contra o Museu de Imagem e Som (MIS)⁴. O motivo: a grande movimentação que a exposição sobre o programa *Castelo Rá-Tim-Bum*⁵ gerou nas redondezas – fato que alterou o fluxo de carros e de pessoas no bairro.

Segundo depoimento do diretor do MIS, André Sturm, as reclamações dos moradores se assemelhavam às ocorridas em 2011 no bairro Higienópolis, quando o governador Geraldo Alckmin (PSDB) cancelou a construção de uma estação de metrô no local devido aos protestos de moradores. À época, uma psicóloga, moradora do bairro, chegou a declarar que a estação poderia atrair “gente diferenciada”⁶ para as redondezas. No dia 27 de setembro de 2014, um grupo organizou um evento articulado via *Facebook*, intitulado *Churrascão da gente diferenciada*⁷. De acordo com as imagens postada no evento, tinha carro de

³ Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2013/12/23/opinion/1387799473_348730.html. Acesso em: 05. jul. 2017.

⁴ Disponível em: <http://www.mis-sp.org.br/>. Acesso em: 05 jul. 2017.

⁵ Disponível em: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,moradores-do-jardim-europa-fazem-abaixo-assinado-contra-o-mis,1563911>. Acesso em: 05. jul. 2017.

⁶ Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/churrasco-pretende-levar-gente-diferenciada-para-a-frente-do-mis-3551.html>. Acesso em: 05. jul. 2017.

⁷ Em um movimento contrário, e divertido, milhares de jovens organizaram outro abaixo-assinado, dessa vez *contra* os moradores do bairro Jardim Europa, que contou com aproximadamente 7 mil assinaturas coletadas *on-line*. Disponível em:

som, cerveja, isopor com gelo, vodca com energético, espetinho e fumaça. Será mesmo que no Brasil *tudo acaba em festa*?

Há algumas décadas, esses fenômenos não se configurariam enquanto temas de pesquisa e nem encontrariam espaço no campo da Antropologia. Entretanto, atualmente, pensar na Antropologia Brasileira sem levar em consideração o foco que as pesquisas desenvolvidas lançam para o espaço urbano e suas dinâmicas não dá conta de boa parte da produção acadêmica deste campo do conhecimento. Nesse *percurso*, para brincar com uma das categorias cunhadas pelo autor, cabe destacar a atuação do antropólogo José Guilherme Magnani – docente na Universidade de São Paulo (USP) – para a criação de arcabouço teórico nos estudos da Antropologia Urbana.

Magnani é Professor Titular na Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP), no Departamento de Antropologia, onde coordena o Núcleo de Antropologia Urbana e a revista acadêmica *Ponto Urbe*. Tem sido pioneiro na realização e na orientação de diversas pesquisas, não apenas na grande São Paulo, mas em outras regiões do País, com a atenção voltada para as dinâmicas urbanas, trazendo para o primeiro plano a festa, a sociabilidade e o lazer que tais práticas apresentam. Neste movimento, o autor contribui com a reflexão sobre a capacidade de transformação, mesmo que em pequena escala, dos agrupamentos em distintos *pedaços* da cidade, bem como as opções por *percursos* e *circuitos* – dentre daquilo que é oferecido e negado nas cidades.

Segundo a antropóloga Rita de Cássia Amaral (1996, p. 254), orientanda de Magnani:

Em poucas palavras, os que analisaram a cidade dividiram-se em dois grandes grupos: o dos autores que viam no modo de vida urbano um fator de desintegração dos valores tradicionais (como a família e a religião) e o dos que viam este modo de vida não como desintegrador, mas gerando um novo padrão cultural, surgido da diversidade: o da sociedade secular, racional, cujas relações se baseariam em interesses práticos e onde os valores tradicionais seriam substituídos por outros, mais adequados a esta formação social moderna, que substituiria o teocentrismo pelo antropocentrismo.

A partir dos anos 1970, porém, algumas perspectivas passam a oferecer novos dados sobre as dinâmicas socioculturais urbanas, como a pesquisa de Roberto DaMatta ([1979] 1997), sobre o carnaval e a sociedade brasileira, a pesquisa de Gilberto Velho (1973), com sua etnografia sobre classes médias urbanas no Rio de Janeiro, chamada, à época, pejorativamente, de “antropologia de Copacabana” e a de Ruben Oliven, professor na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), sobre grupos urbanos (1992). Assim, por meio destes trabalhos, ao mesmo tempo em que o entendimento a respeito das cidades e do modo de vida urbano transforma-se, na perspectiva antropológica vão percebendo-se novos arranjos, que atualizam paradigmas. A inserção de tais professores em programas de pós-graduação possibilita a expansão e a

https://secure.avaaz.org/po/petition/Prefeitura_da_Cidade_de_Sao_Paulo_e_Governo_do_Estado_de_Sao_Paulo_Abixo_assinado_contra_os_moradores_do_Jardim_Europa/?pv=8. Acesso em: 05. jul. 2017.

continuidade dos temas. O espaço urbano deixa de ser local de desagregação e do caos; passa a ser local de encontro, de festa, de agrupamento, mas também de confronto, de disputa, de conflito, como no exemplo dos rolezinhos, presente nas pesquisas de Barbosa-Pereira (2014, p. 2016), também orientando de Magnani.

Neste artigo, temos como pressuposto a perspectiva de uma *teoria vivida*, conforme aponta a antropóloga Mariza Peirano (2006). Logo, nosso exercício é acessar, por meio da trajetória de vida, da relação entre o contexto sociocultural e da obra acadêmica de Magnani, algumas das perspectivas e das dinâmicas do campo antropológico dentro, e fora, da academia. No movimento institucional, que vai da “alteridade radical” à “alteridade próxima”, buscamos refletir o campo científico que possibilitou que as relações tecidas na cidade tornassem-se objeto de pesquisa. Segundo Peirano (2006, p. 08):

A idéia de uma “teoria vivida” alude à ação permanente, ao movimento contínuo que caracteriza o desenvolvimento geral da disciplina e também as suas configurações particulares. É fato conhecido que noções de tempo e espaço são centrais para o exame da ação social; essas noções são igualmente básicas na apreciação da trajetória da antropologia como fenômeno intelectual (e cultural). Conceber teoria viva sugere, portanto, a existência de dimensões políticas em sua prática.

Voltados para a Antropologia da Antropologia, com atenção para a relação tecida na orientação, destacamos neste artigo uma *linhagem antropológica*, que resulta não apenas na formação do antropólogo, mas também em uma abordagem específica em relação ao espaço urbano, com implicações naquilo que diz respeito aos trabalhos realizados pelo autor e seus orientandos. Conforme Peirano (2004, p. 210),

[...] a *história teórica*, que nos é importante aqui, resulta não de uma mera seqüência de obras e autores, mas principalmente examina os problemas e as questões que formam um repertório aberto que, continuamente renovado em novas perguntas ou formulações, produz um movimento espiralado e não-linear; nesse contexto, as monografias etnográficas são o capital mais significativo da disciplina, indicando ao pesquisador iniciante que a relação entre teoria e pesquisa de campo é hoje enfrentada, o foi no passado, e continuará a sê-lo por outros depois dele. Em outras palavras, o que consideramos nosso cânone não é por essa razão estático, já que se fundamenta no arejamento que pesquisas novas produzem em diálogo com idéias e autores que nos precederam.

Dessa forma, buscamos situar a figura do antropólogo José Guilherme Magnani, e sua trajetória de vida, que confunde-se, em grande parte, com a história teórica da Antropologia no Brasil.

PENSAR O CAMPO (ACADÊMICO) PARA PENSAR A CIDADE

A Antropologia Brasileira possui, como uma de suas características principais, o estudo do território nacional. Por um lado, essa afirmação aponta para a diversidade cultural presente no Brasil, bem como para o inacabamento da pesquisa antropológica que pode, muitas vezes, revisitar o mesmo tema com

perspectivas e aportes teóricos distintos. Peirano (1999, p. 225-226, grifos da autora) nomeia essa prática de “antropologia *at home*”. Para a antropóloga:

Por muito tempo a antropologia foi definida pelo exotismo do seu objeto de estudo e pela distância, concebida como cultural e geográfica, que separava o pesquisador do seu grupo de pesquisa. Essa situação mudou. Mesmo nos centros socialmente legítimos de produção antropológica – para muitos, onde se faz a “antropologia internacional” – hoje o ideal do encontro radical com a alteridade não é mais a dimensão considerada essencial da antropologia. Nesses centros, houve uma mudança gradual em que a alteridade foi se tornando mais próxima – dos trobriandeses aos Azende, destes aos Kwakiutl passando pelos Bororo, daí para os países mediterrâneos, até os dias atuais, bem diferente de há vinte anos atrás, uma antropologia que se faz perto de casa, *at home*, é não só aceitável quanto desejável. No caso europeu, esse tipo de investigação permanece sendo considerada “antropologia”; para outros, os norte-americanos especialmente, a investigação *at home* deixa de ser antropologia e passa a fazer parte dos *cultural studies* (ou *feminist studies*, *science studies* etc.).

Por outro lado, esse dado também aponta para a falta de recursos financeiros, mas não apenas, que fez com que antropólogos e antropólogas se voltassem para o território nacional como local de pesquisa. No caso brasileiro, a matriz sociológica da disciplina, associada ao desconhecimento sobre a vastidão territorial, com suas variadas colonizações regionais e situações de precariedade, foi essencial para a institucionalização da disciplina, bem como para a construção da “identidade brasileira”, e, por consequência, da Nação (ORTIZ, 1985).

A institucionalização da Antropologia no Brasil ocorreu enquanto uma das áreas contemplada pelas Ciências Sociais, na graduação, juntamente, mas não no mesmo patamar que a Ciência Política e a Sociologia. Esse contexto se diferencia do modelo estadunidense, com inspiração do antropólogo Franz Boas, replicado, com suas particularidades, em quase toda a América Latina. Na concepção boasniana, de inspiração alemã, a Antropologia é institucionalizada no modelo dos “quatro campos” [*four fields*], que contempla o ensino de Antropologia Social e Cultural, de Arqueologia, de Linguística e de Antropologia Biológica (também chamada de Antropologia Física). A especialização em Antropologia, e sua consequente consolidação enquanto área de pesquisa, no modelo brasileiro, se dava, historicamente, apenas na pós-graduação, com ênfase para a produção monográfica e o trabalho de campo. Este período ficou conhecido como “período burocrático” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1988) da disciplina⁸.

De acordo com Peirano (2006, p. 55):

⁸ A partir de 2006, passaram a ser oferecidos no Brasil cursos de graduação em Antropologia em diversas universidades federais pelo País. Em 2017, as instituições que ofertam o cursos são: Universidade Federal da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), Universidade Federal de Pelotas (UFPeL), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal de Roraima (UFRR) e Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA).

Quando Florestan Fernandes transferiu suas preocupações dos Tupinambá para as relações raciais, esse movimento representou mais do que uma guinada na direção da Escola de Chicago, e também mais que uma admissão de que os Tupinambá só serviram para a formação de seu autor. Naquele momento, a excelência acadêmica definiu-se como parâmetro e a temática nacional se estabeleceu como projeto; teoria e política passavam a fazer parte da agenda das ciências sociais do país. É quando, então, o rótulo antropologia se expande em pelo menos duas direções: ele serve para designar a investigação etnológica canônica em busca da alteridade radical, mas passa também a indicar uma sublinhagem que, definindo-se também como antropologia, dialoga com a sociologia hegemônica.

Tendo como pano de fundo o contexto sociopolítico do Brasil, tal institucionalização ficou marcada pela Ditadura Civil-Militar (1964-1985). O período ficou conhecido pela perseguição a diversos intelectuais; muitos professores tiveram suas cátedras cassadas, outros foram exilados ou tiveram suas aposentadorias compulsórias decretadas. Roberto Cardoso de Oliveira, sem citar diretamente o regime ditatorial, aponta as transformações geradas por esse momento, naquilo que diz respeito ao ensino de Antropologia no Brasil. Na análise do antropólogo (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1988, p. 133, grifos do autor):

Este último período [o burocrático], que chega até o presente, tem seu início na segunda metade dos anos 60 e coincide com a criação dos cursos de mestrado no País, já no estilo do “Parecer Sucupira” destinado à reformulação da Pós-graduação e elaborado em meados de 1960. É o período em que se *rotiniza* o carisma daquelas lideranças e de outras similares, e em seu lugar surgem novas formas de divisão do trabalho na disciplina, imbuídas de uma preocupação de estabelecer organizações (os Programas de Pós-graduação) que “racionalizassem” os projetos de formação avançada em Antropologia e onde a pesquisa passasse a ser condição imprescindível ao adestramento de qualquer antropólogo. É um período em que também as cátedras são praticamente dissolvidas – como consequência da Reforma Universitária – contribuindo para reforçar os departamentos (portanto, coletividades) e diminuir o impacto das personalidades carismáticas.

Ao refletirmos sobre a institucionalização das Ciências Sociais, é possível perceber que sociólogos e politólogos, sobretudo aqueles de formação marxista, foram mais perseguidos, visto que tinham uma aproximação maior com temas vistos pelos governos como perigosos, em comparação com os estudos de comunidades ribeirinhas, campesinas e indígenas – temas, ainda hoje, caros para a Antropologia.

Neste contexto, as perspectivas antropológicas estavam alinhadas com a Escola de Chicago, por meio da abordagem de Robert Redfield⁹, na realização de “estudos de comunidade”. Desta forma, as “patologias sociais”, como ficaram conhecidos os estudos de guetos étnicos, conflitos urbanos e confronto entre gangues, comuns nas pesquisas realizadas pela Escola estadunidense, foram relegadas a segundo plano. Para Cardoso de Oliveira (1988), as duas tradições que se destacam na Antropologia Brasileira são os

⁹ Robert Redfield (1897-1958) foi um antropólogo e sociólogo da Escola de Chicago. Durante visita ao México, em 1923, mudou seu foco de estudo do Direito para a Sociologia. O pesquisador se juntou ao corpo docente da Universidade de Chicago, em 1927, e recebeu seu Ph.D., em 1928, com a tese *Tepoztlan, a Mexican village: a study in folk life*, publicada em formato de livro em 1930. Disponível em: <http://global.britannica.com/biography/Robert-Redfield>. Acesso em: 05. jul. 2017.

estudos de Etnologia Indígena e da Antropologia da Sociedade Nacional, com foco os estudos de comunidades.

Magnani (1996, p. 25) destaca:

Diferentemente do que ocorreu nos Estados Unidos, não foi um grande centro urbano mas pequenas localidades interioranas que por aqui constituíram o principal objeto das pesquisas sob influência da Escola de Chicago: Cunha, Bofete, Cruz das Almas, Guaratinguetá, Itapetininga, comunidades caiçaras do litoral – no caso de São Paulo. Difícil dizer, por outro lado, se tais pesquisas eram antropológicas ou sociológicas, pois a base teórico-metodológica de ambas as disciplinas era a mesma desde a implantação das ciências sociais em moldes acadêmicos, em São Paulo.

Conforme Eunice Durham (1988) e Magnani (1996) é possível notar uma alteração neste cenário acadêmico a partir da década de 1970, momento em que mudanças na conjuntura política passaram a atrair cada vez mais sujeitos para as grandes cidades, ao mesmo tempo em que a Antropologia começava a ter mais destaque, em grande parte graças ao fascínio gerado pelo estruturalismo de Claude Lévi-Strauss, via Antropologia, e os sujeitos clássicos da pesquisa antropológica passaram a ser vistos como atores políticos essenciais para a compreensão das transformações sociais que ocorriam nas cidades brasileiras.

Para Durham (1988, p. 18):

O sucesso recente da antropologia está certamente vinculado ao fato de que, hoje, essas minorias desprivilegiadas emergem como novos atores políticos, organizam movimentos e exigem uma participação na vida nacional da qual estiveram secularmente excluídos. Mais ainda, temas como religião ou a sexualidade, o papel da mulher na família e a medicina popular parecem ter se politizado de um momento para outro, passando a possuir uma nova importância na compreensão da dinâmica da transformação da sociedade brasileira, dessa forma, assim como sua compreensão específica no trabalho de campo com essas populações, tornaram-se subitamente relevantes politicamente.

Durante a década de 1970, Durham, ainda estudante de Ciências Sociais, na USP, integrou uma pesquisa interdisciplinar sobre migrações rurais, em que foi responsável pela pesquisa etnográfica, sob orientação do antropólogo Darcy Ribeiro. Nesse momento, segundo a autora, o objetivo era pensar esses migrantes *na* cidade, especialmente na periferia, com abordagens clássicas da Antropologia, para pensar o que havia de dinâmica cultural nesses processos de êxodo. Porém, o que estava colocado era o recorte *classe*, que, de certa forma, tomava todos os sujeitos como trabalhadores. A esfera analisada era a do trabalho, ou, na ausência dele, a da pobreza, da precariedade dos modos de vida.

Após completar sua formação, Durham e a colega antropóloga Ruth Cardoso passaram a atuar como professoras de Antropologia junto à USP, em diálogo com o Departamento de Ciência Política, onde Ruth permaneceu durante o restante de sua carreira acadêmica. Essa interlocução com a Ciência Política oferece algumas pistas sobre a linhagem antropológica formada sob orientação de ambas. Tanto Durham

quanto Cardoso foram pioneiras na realização e orientação de uma diversidade de pesquisas, com o recorte urbano bastante demarcado, em interlocução entre política e etnografia.

No fim dos anos 1970, Cardoso aceitou ser orientadora de Magnani, que, naquele momento, devido à abertura política no País, retornava do exílio.

PERIFERIA: DE REDUTO OPERÁRIO A PEDAÇO FESTIVO

Magnani teve sua formação inicial em Ciências Sociais na Universidade Federal do Paraná (UFPR), entre os anos 1966 a 1969. Esse período, como destacado anteriormente, ficou marcado pela Ditadura Civil-Militar e pela constante perseguição a professores e alunos, de todos os níveis de formação. Devido à sua atuação junto ao movimento estudantil, Magnani sofreu um processo na Justiça Militar e foi condenado pela Lei de Segurança Nacional. Segundo o pesquisador, em entrevista concedida à antropóloga Jânia Perla de Aquino (MAGNANI, AQUINO, 2012, p. 169). Como relata o antropólogo:

Ainda assim, consegui terminar a graduação e colar grau, e decidi ir para o Chile, para onde afluíam, na época, os perseguidos pela ditadura militar que eram recebidos pelo governo socialista de Salvador Allende. Na FLACSO (Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais), iniciei meus estudos de pós-graduação e, como não havia antropologia, escolhi sociologia [...].

Durante seus anos de estudo do mestrado, entre 1970 a 1972, sob orientação do professor Emilio de Ipola, que, por sua vez, fora aluno de Louis Althusser, Magnani pesquisou os contos camponeses e a relação dos mesmos com a ideologia. Em entrevista (MAGNANI, AQUINO, 2012, p. 170), o antropólogo explica que na conjuntura nacional chilena, à época, os camponeses eram vistos por núcleos de pesquisadores marxistas como avessos às mudanças sociais. Assim, seguindo a indicação de seu orientador, Magnani se voltou para os contos presentes nas tradições orais de pequenos proprietários de comunidades rurais no sul do Chile. A proposta “era justamente identificar os núcleos de ideologia constitutivos da visão de mundo e do modo de vida desses camponeses e ver até que ponto havia “brechas” para aceitação de mudanças sociais radicais, como as propostas pelo socialismo”.

O resultado, com base na Semântica Estrutural de A. J. Greimas e na Análise de Discurso de Michel Pêcheux, foi a dissertação *Los cuentos camponeses como productos ideológicos*, defendida em 1972. Após terminar a pesquisa, o autor mudou-se novamente em decorrência de um golpe militar, dessa vez o que implantou a ditadura no Chile (1973–1990). Passou a realizar pesquisas sobre comunicação de massa, sob a coordenação de Eliseo Verón, ainda na FLACSO, em sua sede na cidade de Buenos Aires, na Argentina. Neste momento, segundo Magnani, já estava claro o interesse por cultura popular e análise de discurso.

Após o início da abertura política brasileira, Magnani retornou ao Brasil, em 1978, para cursar o doutorado. O pesquisador considerou a possibilidade de cursá-lo no Museu Nacional, da Universidade

Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) ou na Universidade de Brasília (UNB). Entretanto, a escolha pela USP deu-se, segundo Magnani, devido à presença de Ruth Cardoso – que também havia frequentado a FLACSO chilena durante o exílio e conhecia o ambiente intelectual do País onde ele havia realizado sua formação. O interesse de Magnani por cultura popular tinha aproximação com as pesquisas de Cardoso sobre movimentos sociais urbanos de periferia. Porém, o que causou uma série de estranhamentos no meio acadêmico da época foi o recorte dado por Magnani, especialmente o circo-teatro e o lazer nas periferias de São Paulo¹⁰.

Segundo Cardoso (2003, p. 15):

Mercado de trabalho informal, protagonistas de movimentos sociais, operários das fábricas – eis algumas das facetas dos moradores dos arredores das grandes cidades que despertavam o interesse dos pesquisadores. Empenhados em analisar a exploração exercida sobre esse contingente da mão-de-obra urbana, pareciam descrever indivíduos programados apenas para o trabalho e incapacitados para o prazer. Com frequência, o gosto popular pelo futebol, pelos melodramas históricos ou mesmo pela televisão era interpretado como uma das dimensões da alienação dos dominados.

A virada promovida por Magnani encontra-se, justamente, em focar naquilo que era considerado “menos sério” pelos outros pesquisadores, em suas dimensões lúdicas, mas também políticas. As festas, os momentos de lazer, os feriados religiosos, os jogos recreativos realizados nas periferias tornaram-se o ponto de partida para entender o potencial criativo representado por essas esferas nas vidas de seus interlocutores. Para Magnani (2009, p. 131):

Essa conjuntura – política, acadêmica, institucional – abriu espaço para estudos de caráter antropológico sobre a realidade da periferia dos grandes centros, pois era preciso conhecer de perto esses atores, seu modo de vida, aspirações – já que conceitos até então em voga tais como “consciência de classe”, “interesses de classe” e outros não davam conta de uma dinâmica que se processava no cotidiano. Quem são? Onde moram? Quais são seus vínculos de parentesco? Em que acreditam? Como passam seu tempo livre?

Em 2012, durante palestra realizada para o curso de Ciências Sociais na Universidade Federal do Ceará (UFC)¹¹, o antropólogo destacou a dificuldade que enfrentou para obter bolsa de pesquisa, comum a outros estudantes naquele momento, justamente pela estranheza que seu tema gerava juntamente às agências financiadoras. Para os avaliadores responsáveis pela concessão das bolsas, pesquisar festas na periferia não poderia contribuir para os estudos antropológicos, visto que, a esfera do cotidiano, do “tempo livre”, era definida enquanto desprovida de engajamento.

Na interpretação de Cardoso (2003, p. 15):

O tempo de lazer, entretanto, é chamado de tempo livre justamente porque nessas horas – apesar das limitações impostas pela pobreza – o trabalhador escolhe. Entre o futebol de

¹⁰ Segundo Magnani (MAGNANI, AQUINO, 2012), contribuiu em sua formação na USP os cursos oferecidos por Marlyse Meyer, professora, crítica literária e ensaísta, sobre a formação do romance folhetim.

¹¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dm-kJllpYHE>. Acesso em: 05. jul. 2017.

várzea, o circo, a festa de aniversário ou a excursão a Aparecida do Norte, há campo para a decisão. Como em todas as escolhas, esta também opera com alternativas limitadas, mas, aqui, o importante é que se deve eleger o mais agradável. Fica difícil aceitar as explicações simplificadas que enfatizam a manipulação das camadas populares pelos grupos dominantes quando percebemos que os momentos de lazer se inscrevem neste espaço de opção onde é legítimo buscar o entretenimento.

Outra preocupação, que ainda marca a produção teórica do antropólogo, é a aplicação da etnografia, desenvolvida originalmente como forma de compreensão de sociedade em pequena escala, com um recorte espacial mais ou menos delimitado, para a realização de pesquisas junto a grupos urbanos. O desafio era como utilizar essa metodologia sem descaracterizá-la. Preocupação, que já era anunciada por Durham quando voltou-se para os migrantes na cidade. Conforme Magnani (2009, p. 131):

Os antropólogos, claro, diante dessa demanda tiveram que haver-se com complicados problemas de ordem teórico-metodológica pois, acostumados à investigação de grupos com fronteiras bem definidas e de dimensões que permitiam o uso de seu instrumental costumeiro, agora enfrentavam-se com movimentos, com grupos regidos por diferentes padrões culturais e com sujeitos de práticas sociais de consequências políticas – tudo numa escala até então pouco trabalhada por eles.

Na interlocução com o campo antropológico surgiu a necessidade de criação de novas categorias para dar conta dos dados gerados na etnografia dos grupos. No diálogo com DaMatta, Magnani detectou que o dualismo casa *versus* rua, presente na obra do autor, não dava conta de alguns espaços de sociabilidade presentes no cotidiano dos interlocutores. Na perspectiva de DaMatta (2000), a casa é carregada de regras sociais implícitas que são determinantes para a ocupação desse espaço, representa aquilo que é estável, duradouro. Já a rua é local do público na vida social brasileira, espaço do malandro, do perigo. Associada aos riscos daquilo que não é familiar e conhecido, para o autor, a rua torna-se um lugar propício à desgraça e ao roubo. As pesquisas na periferia de São Paulo, porém, identificaram um espaço *entre* esses dois, denominado pelos interlocutores como “pedaço”. Para Magnani (2003, p. 12, grifos do autor):

Segundo a conhecida fórmula damattiana, têm-se dois planos, cada qual enfeixando de forma paradigmática uma série de atitudes, valores, comportamentos, uma delas referida ao público e, a outra, ao privado. O “pedaço”, porém, apontava para um terceiro domínio, intermediário entre a rua e a casa: enquanto esta última é o lugar da família, à qual têm acesso os *parentes* (ligados por laços já estabelecidos de antemão) e a rua é dos *estranhos* (onde, em momentos de tensão e ambigüidade recorre-se à fórmula “você sabe com quem está falando?”, para delimitar posições e marcar direitos), o pedaço é o lugar dos *colegas*, dos *chegados*. Aqui não é preciso nenhuma interpelação: todos sabem quem são, de onde vêm, do que gostam e do que se pode ou não fazer.

A tese de Magnani, *Festa no pedaço: o circo-teatro e outras formas de lazer e cultura popular*, foi muito bem recebida, à época. As pesquisas do autor, que, ao concluir o doutorado, em 1982, dava aulas na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e, a partir de 1983, passou a lecionar na USP, geraram uma série de novas categorias como *trajeto*, *percurso*, *mancha*, *pórtico*, ainda utilizadas, e atualizadas, nas

pesquisas de Antropologia Urbana. A trajetória do autor é pontuada, em 1984, com o lançamento da tese em formato de livro, com o título de *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade* (MAGNANI, 2003).

Na USP, Magnani tornou-se responsável pelo Núcleo de Antropologia Urbana (NAU), que coordena até os dias atuais. Esse laboratório tinha o propósito inicial de reunir os orientandos do antropólogo, em diversos níveis de formação, mas transformou-se em um centro de referência sobre pesquisas antropológicas urbanas no País. Dentro do NAU existem grupos de pesquisas com afinidades diversas, como o NAU – Cidades, o Grupo de Estudos da Religião na Metrópole (GERM), o Grupo de Estudos Surdos e da Deficiência (GESD), onde o diálogo transversal sobre os modos de vida urbano, os usos da cidade e a sociabilidade são alguns dos fios condutores dos estudos.

Conforme Peirano (2004, p. 213):

A verdadeira linhagem intelectual na antropologia é um produto individual, artesanal portanto, mas com implicações coletivas - ela não pode ser "ensinada"; ela é o produto da leitura dos clássicos, da experiência etnográfica e da influência de vários mestres. No Brasil, dada nossa inserção no mundo intelectual mais amplo - mesmo que, em geral, de mão única -, uma bricolagem de autores variados é saudável para a formação de novas gerações, revelando, inclusive, os circuitos sempre abertos da troca de idéias.

Dessa forma, Magnani traz novas questões para um campo consolidado, por meio da pesquisa etnográfica, e aponta a possibilidade de novas abordagens para temas clássicos na Antropologia, em que é possível pensar uma atualização de estudos clássicos na literatura antropológica, com o aporte teórico da Antropologia Urbana.

CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS

As pesquisas desenvolvidas por Magnani, no fim de 1989, junto ao NAU-USP, começaram a testar as categorias pensadas ao longo do doutorado, também, no centro de São Paulo. Isso parte da compreensão da impossibilidade, em uma perspectiva etnográfica, de dar conta de uma cidade inteira, o que faz com que esse espaço precise ser compreendido aos *pedaços*, que não deixam de carregar, mesmo que para fins de análise, certa totalidade (MAGNANI, 2009). Assim, a categoria *pedaço* se alarga para um tipo de sociabilidade que é possível de ser identificada em práticas sociais fora dos limites periféricos.

A importância do trabalho de campo, nesse paradigma, considera a manutenção e a atualização das categorias analíticas que compõem a Antropologia Urbana, uma vez que muitas categorias utilizadas pelos interlocutores acabam se tornando uma peça importante na construção da metodologia de análise. Assim, a etnografia é pensada pelo autor como prática e experiência, que deve considerar o espaço urbano não como cenário, mas como resultado de práticas sociais que envolvem diversos atores. Logo, cabe ao

antropólogo, perceber esses arranjos em campo e as dinâmicas que podem gerar um repertório com novas possibilidades. Um trabalho em processo.

Magnani organizou, em 1996, juntamente com Lillian de Lucca Torres, o livro *Na metrópole: textos de Antropologia Urbana* (MAGNANI; TORRES, 1996), que reúne algumas produções de seus orientandos. A obra é um ponto de inflexão nas produções sobre Antropologia Urbana, especialmente pela aplicação da metodologia etnográfica em contextos urbanos centrais distintos. Na obra, considerando o ano de publicação, destacamos a ampliação da importância da sociabilidade, que passou a motivar reflexões sobre festas *clubs* (CALIL, 1996) e o circuito cinéfilo em São Paulo (BUARQUE DE ALMEIDA, 1996), ao mesmo tempo, ocorrem aproximações com campos já institucionalizados, como o estudo de religiões de matriz afro, acompanhando a circulação de *ebós* pela cidade (SILVA, 1996) e as festas de santo (AMARAL, 1996).

No caminho que tem trilhado, Magnani ainda tem um papel importante para tensionar a dicotomia centro-periferia, por meio da etnografia da atuação de grupos que circulam pela cidade. Assim, em pesquisas como as de Carolina de Camargo Abreu (ABREU, 2005), sobre festas *raves*, e de Barbosa-Pereira, sobre os rolezinhos, apontam como a sociabilidade pode ser perigosa por borrar as fronteiras que separam alguns grupos sociais nas grandes cidades. Os limites, ampliam-se pelo acesso ao lazer, a sociabilidade, à festa. Noções como *trajeto* e *percurso* dinamizam os fluxos pela metrópole, demarcam territórios, indicam preferências – e geram conflitos e disputas, como alguns dos apresentados no início do artigo. Tais ações operam transformações no tempo e no espaço das cidades, em trânsitos por diferentes momentos do dia, através de caminhos e descaminhos urbanos, marcados por manifestações e colagens.

Recentemente, o antropólogo tem se dedicado a um campo de estudos denominado Etnologia Urbana. Segundo informações contidas no NAU¹², dados apontam para uma significativa presença indígena nos centros urbanos brasileiros, especialmente nas periferias. Magnani e alguns de seus orientandos têm refletido como a relação entre cosmologias ameríndias e os contextos urbanos geram novas perspectivas, e podem oferecer novos olhares etnográficos. Assim, se propõem a considerar os desdobramentos da paisagem urbana nos modos de vida, com base numa estratégia teórico-metodológica que articule as contribuições da Etnologia e da Antropologia Urbana.

Dessa forma, é possível perceber, através da *história teórica* (PEIRANO, 2006) da Antropologia Urbana, como os estudos realizados na USP traçam um percurso a caminho do *centro* da cidade, atualizando uma linhagem iniciada ainda com Florestan Fernandes e Darcy Ribeiro – e institucionalizada por Ruth Cardoso e Eunice Durham, bem como por seus orientandos. Ao mesmo tempo, a formação de antropólogos, e a inserção destes como docentes em cursos de Ciências Sociais e Antropologia, aumentou o interesse pelo paradigma – o que amplia o debate teórico e a possibilidade de temas de pesquisa.

¹² Disponível em: <http://nau.fflch.usp.br/geu>. Acesso em: 05. jul. 2017.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Carolina de Camargo. *Raves: encontros e disputas*. 179f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- AMARAL, Rita de Cássia. Cidade em festa: o povo-de-santo (e outros povos) comemora em São Paulo. MAGNANI, J. G.; TORRES, L. de L. (Orgs.). *Na metrópole: textos de Antropologia Urbana*. São Paulo: EdUSP, p. 252-298, 1996.
- AMARAL, Rita de Cássia. *Festa à brasileira: sentidos do festejar no país que “não é sério”*. 387f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- BARBOSA-PEREIRA, Alexandre. Rolezinho no shopping: aproximação etnográfica e política. *Pensata*, Guarulhos, v. 3, p. 8-16, 2014.
- BARBOSA-PEREIRA, Alexandre. Os ‘rolezinhos’ nos centros comerciais de São Paulo: juventude, medo e preconceito. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, Manizales, v. 14, p. 545-557, 2016.
- BUARQUE DE ALMEIDA, Heloísa. Janela para o mundo: representações do público sobre o circuito de cinema em São Paulo. MAGNANI, J. G.; TORRES, L. de L. (Orgs.). *Na metrópole: textos de Antropologia Urbana*. São Paulo: EdUSP, p. 156-195, 1996.
- CALIL, Marinês Antunes. O retrato do Nation Disco Club: os neodândis no final dos anos 80. MAGNANI, J. G.; TORRES, L. de L. (Orgs.). *Na metrópole: textos de Antropologia Urbana*. São Paulo: EdUSP, p. 196-218, 1996.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Sobre o pensamento antropológico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1988.
- CARDOSO, Ruth. Prefácio. MAGNANI, J. G. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: UNESP, p. 15-16, [1984] 2003.
- DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco, [1979] 1997.
- DAMATTA, Roberto. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- DURHAM, Eunice. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. CARDOSO, R. (Org.). *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. São Paulo: Paz e Terra, p. 17-38, 1988.
- MAGNANI, José Guilherme. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: UNESP, [1984] 2003.

- MAGNANI, José Guilherme. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. MAGNANI, J. G.; TORRES, L. de L. (Orgs.). *Na metrópole: textos de Antropologia Urbana*. São Paulo: EdUSP, p. 12-53, 1996.
- MAGNANI, José Guilherme. Etnografia como prática e experiência. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 15, n. 32, p. 129-156, 2009.
- MAGNANI, José Guilherme; AQUINO, Jania Perla. A etnografia é um método, não uma mera ferramenta de pesquisa... *que se pode usar de qualquer maneira*. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 43, p. 52-66, 2012.
- MAGNANI, José Guilherme; TORRES, Lilian de Lucca (Orgs.). *Na metrópole: textos de Antropologia Urbana*. São Paulo: EdUSP, 1996.
- OLIVEN, Ruben. *A Antropologia de grupos urbanos*. Vozes: Petrópolis, 1992.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- PEIRANO, Mariza. *A teoria vivida e outros ensaios de antropologia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2006.
- PEIRANO, Mariza. A teoria vivida: reflexões sobre a orientação em Antropologia. *Ilha*, Florianópolis, v. 6, n. 1 e 2, p. 209-218, 2004.
- PEIRANO, Mariza. Antropologia no Brasil: alteridade contextualizada. MICELI, S. (Org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. Brasília: Sumaré, p. 225-266, 1999.
- SILVA, Vagner Gonçalves da. As esquinas sagradas: o Candomblé e o uso religioso da cidade. MAGNANI, J. G.; TORRES, L. de L. (Orgs.). *Na metrópole: textos de Antropologia Urbana*. São Paulo: EdUSP, p. 88-124, 1996.
- VELHO, Gilberto. *A utopia urbana: um estudo de antropologia social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

Periódicos

- Carta Capital*. 2014. Segundo “Churrascão da Gente Diferenciada” será no MIS. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/churrasco-pretende-levar-gente-diferenciada-para-a-frente-do-mis-3551.html>. Acesso em: 05. jul. 2017.
- El País Brasil*. 2013. Os novos “vândalos” do Brasil. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2013/12/23/opinion/1387799473_348730.html. Acesso em: 05. jul. 2017.
- Estado de São Paulo*. 2014. Moradores do Jardim Europa fazem abaixo-assinado contra o MIS. Disponível em: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,moradores-do-jardim-europa-fazem-abaixo-assinado-contra-o-mis,1563911>. Acesso em: 05. jul. 2017.

Portais

Avvaz.org. Abaixo Assinado contra os moradores do Jardim Europa. Disponível em: https://secure.avaaz.org/po/petition/Prefeitura_da_Cidade_de_Sao_Paulo_e_Governo_do_Estado_de_Sao_Paulo_Abaixo_assinado_contra_os_moradores_do_Jardim_Europa/?pv=8. Acesso em: 05. jul. 2017.

Bacharelado em Antropologia. Disponível em: <http://wp.ufpel.edu.br/antropologia/graduacao/>. Acesso em: 05. jul. 2017.

Encyclopædia Britannica. Robert Redfield. Disponível em: <http://global.britannica.com/biography/Robert-Redfield>. Acesso em: 05. jul. 2017.

Museu de Imagem e Som. Disponível em: <http://www.mis-sp.org.br/>. Acesso em: 05. jul. 2017.

Núcleo de Antropologia Urbana. Núcleo de Etnologia Urbana. Disponível em: <http://nau.fflch.usp.br/geu>. Acesso em: 05. jul. 2017.

Ponto Urbe. Disponível em: <https://pontourbe.revues.org/>. Acesso em: 05. jul. 2017.

YouTube. Antropologia dos circuitos juvenis (José Guilherme Magnani). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dm-kJllpYHE>. Acesso em: 05. jul. 2017.

Álbuns

Secos & Molhados I, Secos & Molhados, Continental, 1973.

Recebido em: 05/07/2017

Submitted in: 05/07/2017

Aprovado em: 21/11/2017

Aproved in: 21/11/2017

Publicado em: 24/06/2018

Published in: 24/06/2018
